



APRIMORAMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE INTERNO NA GESTÃO DAS DESPESAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE UM MUNICÍPIO DA REGIÃO

Angélica Cristina Cobos – UNIUV^{1*}

Professor Orientador: Paulo Juliano Choma

Modalidade de Apresentação: Comunicação Oral

INTRODUÇÃO

O presente estudo foi desenvolvido em uma prefeitura municipal da região, tendo como foco a Fundação Municipal de Educação, bem como suas atividades de compras e execução da despesa. Todos os órgãos públicos necessitam comprar serviços e bens para viabilizar a gestão da Administração Pública em todas as suas esferas. No entanto, saber apenas como o dinheiro foi gasto não basta, é necessário ter a garantia acerca dos números, assegurar que os atos praticados estão de acordo com as normas fixadas e, se as ações desenvolvidas produzem os resultados esperados, para que assim ocorra o devido controle nos gastos a fim de que se faça bom uso do dinheiro público, esse assunto ganha ainda mais relevância no cenário em que o nosso país encontra-se atualmente, onde há extrema necessidade de mudança e aperfeiçoamento nas bases de nossa estrutura governamental. E é nesse processo que o controle atua, possibilitando, de acordo com Martins (1995, p. 259) “[...] conhecer a realidade, compará-la com o que deveria ser, tomar conhecimento rápido das divergências e suas origens e tomar medidas para sua correção”. A princípio, buscou-se realizar uma avaliação acerca da forma como são efetuadas as aquisições da Fundação Municipal de Educação do município em questão, visando embasar a construção de ações que possam fortalecer a gestão desse processo, já que dentro deste setor são verificadas algumas falhas quanto ao processo de execução da despesa, bem como falências em alguns procedimentos de controles. Estes equívocos podem vir a comprometer a correta aplicação do controle e, conseqüentemente, causar perdas que possam afetar os resultados gerados pela contabilidade, afetando, assim, a transparência das ações públicas. Segundo Santos (2010, p.15): “Atualmente percebe-se a implantação de uma série de iniciativas, no sentido de aprimorar os processos relacionados à gestão de compras, incorporando metodologias e modernas ferramentas com finalidade específica e dirigida ao novo estilo de gestão das ações do governo, centrado na melhoria da qualidade do gasto público, na ampliação das capacidades de gerenciamento e de coordenação e na busca de resultados.” Assim, por meio da correção das falhas existentes, busca-se fortalecer o controle dos dispêndios da Fundação Municipal de Educação de um município da região, a fim de que sejam implantadas medidas preventivas relacionadas aos gastos públicos para que se possa aprimorar a gestão pública municipal e propiciar, com uma certa margem de garantia, que os objetivos e metas sejam atingidos de maneira eficaz, eficiente e com a necessária economicidade (MOLERI, 2010). Assim, procedimentos alheios ao controle interno a ser aprimorado serão evitados e, caso venham a ocorrer poderão ser imediatamente detectados e corrigidos a curto prazo, pelos

¹ Acadêmica do 8º semestre do Curso de Ciências Contábeis da UniuV. E-mail: cc.angelica.cobos@uniuv.edu.br



funcionários, como parte de suas funções habituais. (MOLERI, 2010). Justifica-se este estudo pela premissa de que o controle está relacionado a todas as demais funções, visto que é um instrumento indispensável para que sejam atingidos os objetivos das organizações. Nesse contexto, verifica-se que as falhas existentes quanto ao controle nos processos de aquisições que a Fundação Municipal de Educação de um município da região realiza comprometem a devida execução dos estágios da despesa orçamentária, além da existência de deficiências quanto às atribuições do controle interno. Dessa forma, foi possível constatar que as inconveniências existentes podem ocasionar inconformidades com o resultado esperado e com as leis e regulamentos, uma vez que as ações fogem dos padrões preestabelecidos. Após a correção dos procedimentos incorretamente realizados através do devido controle interno a ser aprimorado, será possível realizar integralmente os estágios da despesa orçamentária, pois quando as deficiências são identificadas há maiores chances em reduzir-se os incidentes indesejados (GIL, ARIMA, NAKAMURA, p. 108) e, assim, os resultados emitidos pela contabilidade estarão de acordo com a realidade, possibilitando que a sociedade receba informações verídicas à respeito dos gastos públicos municipais. É perceptível que o controle interno está estritamente relacionado à gerência e à segurança das decisões e ações dos administradores públicos, possibilitando, por fim, a produção de um resultado convicto, além de econômico e com a devida credibilidade, a ser apresentado à sociedade. Não é objetivo do controle interno punir mas, sim, prevenir, corrigir e proteger. (PACINI, 1995).

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Aprimorar o processo de controle interno na gestão das despesas da Fundação Municipal de Educação de um município da região.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Discorrer, por meio de preceitos bibliográficos, sobre a Administração Pública, Contabilidade Pública e atuação do controle interno no Ciclo Orçamentário do Setor Público;
- b) Buscar fundamentação teórica nos autores a fim de conceituar a importância e as finalidades do controle interno na administração pública municipal;
- d) Avaliar e descrever o funcionamento do controle interno atual existente na Prefeitura Municipal de um município específico aplicado às despesas da Fundação Municipal de Educação, analisando os aspectos positivos e negativos, bem como propondo recomendações de melhorias;
- e) Implantar um Manual de Rotinas e Procedimentos de Controle Interno visando nortear o controle nas aquisições realizadas;
- f) Tomar por base exemplos de outro município, onde o controle interno é mais atuante.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo, foram utilizados procedimentos que possibilitaram a produção do mesmo. Diante desse contexto, foi realizada a procura por embasamento teórico em autores, buscando por pesquisa bibliográfica onde são analisadas as obras científicas disponíveis que tratem do assunto. (PRODANOV e FREITAS, 2013) também realizou-se uma pesquisa a campo, pois por meio dela foi possível atingir a finalidade de conhecer o processo por meio do qual são efetuadas as compras da Fundação Municipal de Educação do município em questão, bem como os processos posteriores ao das compras. Portanto, com o desenvolvimento



deste estudo preconizou-se, através do aprimoramento do processo de controle interno, aperfeiçoar a cultura organizacional vigente até então relacionada às compras da Fundação Municipal de Educação de um município da região, para que seja realizada a correta mensuração de dados e registros confiáveis, a fim de que as demonstrações contábeis representem a realidade dos gastos e iniba erros e fraudes, já que uma administração pública controlada permite que seus dirigentes tenham apoio e tranquilidade na condução de sua gestão, bem como apontar as falhas e os erros para retificá-los e evitar sua reincidência (CASTRO, 2008). Por fim, com base em pesquisas bibliográficas e em preceitos constitucionais almeja-se demonstrar o quão é importante gerenciar as compras públicas, a fim de se construir uma melhor gestão pública em nosso país.

RESULTADOS E DISCUSSÃO (OU RESULTADOS ESPERADOS, SE A PESQUISA ESTIVER EM DESENVOLVIMENTO)

Por meio deste estudo, busca-se aprimorar o controle interno das despesas da Fundação Municipal de Educação de um município da região para que haja a devida prevenção nos atos, avaliação do cumprimento das metas previamente elaboradas, avaliação dos resultados através da análise do cumprimento de um conjunto de normas recomendadas às unidades da Fundação Municipal de Educação, com princípios e procedimentos uniformes e adequados à realidade do município e, quando comprovada a necessidade, propor recomendações de ações corretivas, cujo resultado garanta ao gestor público a prática exata de desempenho administrativo com legalidade, legitimidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia e economicidade nos atos. Ainda pode-se observar que o controle interno, inicialmente mais formal e legalista com postura punitiva, pode apresentar uma postura mais preventiva com enfoque na gestão e nos resultados, voltando-se para o presente e futuro com vistas a identificar a irregularidade a tempo de contê-la. Finalmente, essa mudança de visão aperfeiçoou o aspecto de assessoria do controle interno, possibilitando o suporte a uma boa gestão.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, N. A. **Contabilidade pública na gestão municipal**. São Paulo: Atlas, 2008.
- ANGÉLICO, J. **Contabilidade pública**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 25 jan. 2016.
- _____. **Decreto-lei nº 200**, de 25 de fevereiro de 1967. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11349229/artigo-26-do-decreto-lei-n-200-de-25-de-fevereiro-de-1967>>. Acesso em: 25 jan. 2016.
- _____. **Publicação Consolidada da Lei 4.320, de 17 de março de 1964. Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 25 jan. 2016.
- _____. **Normas e técnicas próprias da contabilidade aplicada ao setor público (NBC T 16)**. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Sistema_Informacao_custos/downloads/Apresentacao_NBCT_SP.pdf>. Acesso em 25 jan. 2016.
- BOTELHO, M. M. **Manual de controle interno teoria e prática: um enfoque na administração pública municipal**. Curitiba: Juruá, 2010.
- CASTRO, D. P. de. **Auditoria e controle interno na administração pública**. São Paulo: Atlas, 2008.



- CAVALHEIRO, K. L. **O controle interno na prefeitura municipal de Goioerê/PR:** um estudo de caso. 2011. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização em Gestão Pública Municipal) – Universidade Tecnológica do Paraná – UTFPR, Curitiba: 2011.
- FUZZI, L. P. **Pesquisa a campo.** Disponível em: <<http://profludfuzzimetodologia.blogspot.com.br/2010/03/o-que-e-pesquisa-de-campo-html>>. Acesso em: 20 set. 2015.
- GIL, A. de L.; ARIMA, C.H.; NAKAMURA, W.T. **Gestão:** controle interno, risco e auditora. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- KOHAMA, H. **Contabilidade pública:** teoria e prática. 14.ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- MARTINS, E. **Contabilidade de custos.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- MOLERI, C. A. A. **Caracterização do controle interno na administração pública.** 2010. 51f. Trabalho de Conclusão de Curso (pós graduação em Administração Financeira Contábil e Controladoria) – Centro Universitário de União da Vitória – UNIUV, União da Vitória: 2010.
- NIEVIADOMSKI, R. **Estudo de caso para a implantação do sistema de controle interno na prefeitura municipal de Bituruna.** 2007. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Ciências Contábeis) - Centro Universitário de União da Vitória – UNIUV, União da Vitória: 2010.
- PRODANOV, C. C. e FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2.ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.
- SANTOS, A. R. dos. **A evolução dos processos de licitação ao longo dos anos e a supervisão do controle interno nos processos licitatórios em uma organização militar.** 2010. 77f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis: 2010.
- SANTOS, R. C.; SILVA, P. R. **O controle interno aplicado na administração pública perante a lei de responsabilidade fiscal.** Revista Interdisciplinar Científica. Blumenau: 2012.
- SOUZA, C. S. de. **O papel do controle interno na gestão dos gastos públicos municipais.** 2008. 88f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – FAE Centro Universitário, Curitiba: 2008.
- TCE – PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Instrução Normativa nº 15/2007.** Paraná: 2007.